

informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2008 - Ano 10 - nº 107 * Distribuição Gratuita * Criado em 25 de dezembro de 1998

Acordo assinado. Acordo cumprido

De acordo com informação divulgada no dia 29 de janeiro, no Jornal O Dia, o governo tem a intenção de cumprir os acordos, já fechados, de reajuste dos servidores federais ainda este ano. Contudo, até segunda ordem, todos estão suspensos, e a definição só sairá após a reestruturação do Orçamento da União em virtude da queda de arrecadação causada pela perda da CPMF. Ignorar o que já foi acertado, fruto de longas negociações, e ter que reiniciar as conversas com servidores mais desconfiados não é uma boa idéia, na avaliação do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Uma das alternativas é fazer uma readequação das datas de repasse dos reajustes, adiando seu início dos pagamentos para reduzir o peso no Orçamento. Essa proposta já foi apresentada pelos sindicatos. Os aumentos seriam pagos aos poucos, conforme a disponibilidade de recursos.

Números oficiais dão conta de que a despesa anual com todos os reajustes já acertados será de R\$ 7,4 bilhões. Algumas categorias já têm negociações fechadas: policiais rodoviários federais, fiscais agropecuários, técnicos e professores de Instituições Federais de Ensino Superior e servidores do Ministério da Cultura, Banco Central, Advocacia Geral da União e Datasus, órgão que processa dados do SUS.

FASUBRA se reúne com MEC e Ministério do Planejamento

No dia 18 último, representantes da FASUBRA se reuniram com representantes dos dois ministérios. Em pauta estava o acordo firmado no ano passado e as mudanças após o fim da CPMF, no final do ano passado.

O Coordenador de Relações Sindical do Ministério do Planejamento, Idel Profeta, colocou que o Governo não conseguiu manter a CPMF e, em função da perda de recursos orçamentários, está nesta data, reprocessando o orçamento. Ele explica que isto não significa que será apresentada nova peça orçamentária, mas a mesma será objeto de readequações. "Estamos agora num processo interno de rediscussão do orçamento", disse ele.

O governo informou ainda, que trabalha aplicando os duodécimos do orçamento e isto dificulta a realização de grandes obras. No entanto, Idel revelou que o governo não está dizendo que a saída seria o não cumprimento dos acordos, pois "temos a intenção e disposição política de cumprir os acordos com vocês e mais oito outros setores. Só estamos dizendo isto porque vocês precisam entender nossas dificuldades", explicou o coordenador.

Racionalização

O Secretário de Gestão Sindical informou que o trabalho da Racionalização deverá ser concluído, dentro do calendário acordado nesta Mesa, e falou: "estamos começando este trabalho e o impacto orçamentário será avaliado quando da conclusão do mesmo, mas que avaliam que não será grande". A FASUBRA apresentou preocupações quanto ao processo de aprimoramento da carreira em função da inexistência de reuniões da CNS.

Terceirização

O Coordenador de Gestão Sindical, Idel Profeta, respondendo aos questionamentos quanto ao processo de terceirização, informou que o governo assinou termo de conduta judicial comprometendo em acabar com a terceirização. Este termo foi assinado junto ao Ministério Público, AGU e Ministério do Trabalho comprometendo chegar ao final do governo (2010) sem terceirizados exceto naqueles cargos permitidos pelo Decreto 2271/1997. Complementou ainda que a liberação de vagas para concurso desde o início do governo, indica a disposição de ir contra a terceirização.

Assembléia é adiada para fevereiro

A Assembléia Geral Ordinária, do dia 30 de janeiro de 2008, foi adiada para o dia **27 de fevereiro de 2008, às 12h30, no pátio da Reitoria**. O adiamento foi solicitado por um associado e, após ser colocado em votação para os presentes, todos concordaram com o referido adiamento, devido ao mau tempo e à impossibilidade de haver outro local para a realização da Assembléia. Para a próxima Assembléia, estarão em pauta, entre outros assuntos, a Prestação de Contas (2º semestre de 2007).

A ASUNIRIO convida a todos os associados - pensionistas e aposentados - a estarem presente na Assembléia.

Sai concurso para a UNIRIO

No último dia 30, o Ministério da Educação publicou a portaria nº172 que autoriza a UNIRIO, entre outras universidades federais, a realizar concursos públicos para os cargos de técnicos administrativos em educação.

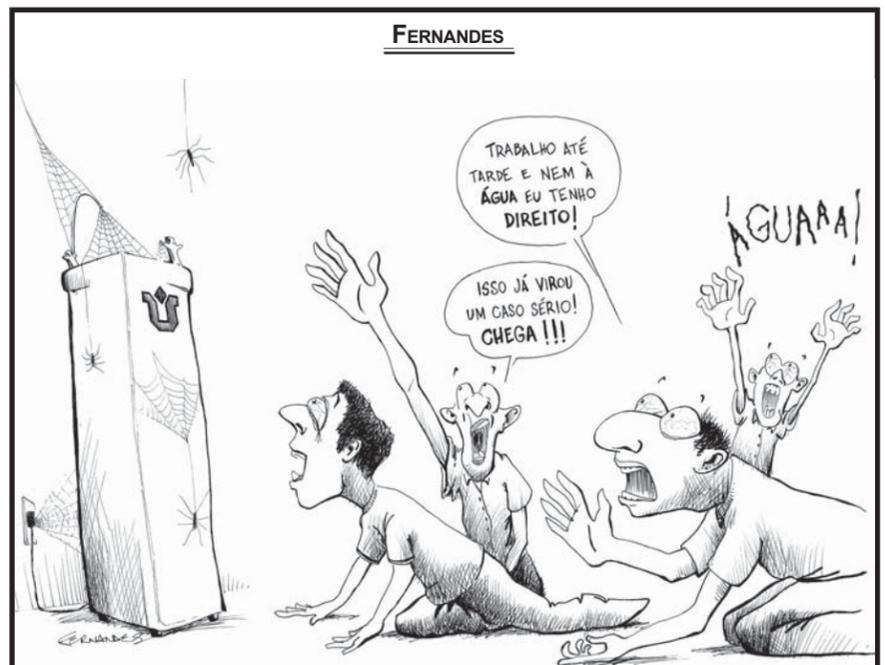
Para a universidade foram disponibilizadas 35 vagas, entre cargos de nível médio e superior. "Como só agora saiu a liberação do MEC, estamos começando a organização do edital. Não temos previsão, ainda, de quando será publicado", revela Regina, diretora do DRH.

De acordo com nota publicada no jornal O Dia de 01/02/08, a remuneração inicial para o técnico é de R\$ 1.372 (nível médio) e de R\$ 1.626 (superior).

Fique de olho na publicação do edital.

Confira as vagas

Assistente em Administração	15	Engenheiro/Área	2
Analista de Tecnologia da Informação	2	Jornalista	1
Arquivista	3	Médico/Área	2
Assistente Social	1	Músico	1
Bibliotecário-Documentalista	3	Psicólogo/Área	2
Contador	1	Revisor de Texto	1
Economista	1		



Governo derruba lei que dava ao aposentado direito de usar novas contribuições para o cálculo. Pág. 3

Pais de servidores são incluídos no plano de saúde. Pág. 3

Alimentos contra o câncer. Pág. 4

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Governo derruba lei que dava ao aposentado direito de usar novas contribuições para o cálculo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o Projeto de Lei nº 7.154, que concedia aos aposentados o direito de renunciar à aposentadoria, a fim de optar por outra, de maior valor. O veto foi publicado ontem, no 'Diário Oficial da União'. O projeto, de autoria do deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB), previa que as aposentadorias por tempo de contribuição e especial poderiam ser renunciadas, "ficando assegurada a contagem do tempo de contribuição que serviu de base para a concessão".

A lei garantiria o uso das contribuições posteriores à aposentadoria para o cálculo do novo benefício. Com a decisão de Lula, que acompanhou argumentação dos ministérios da Previdência Social, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça, os aposentados deixam de ter o direito de renunciar à aposentadoria atual para pedir uma nova contagem de tempo e de contribuição, caso tenham trabalhado após a concessão do benefício.

Assim, renunciariam a um benefício para optar por outro. Os ministérios ouvidos pelo presidente alegaram inconstitucionalidade e argumentaram aumento de despesa. Em defesa do projeto aprovado na Câmara e no Senado, Inaldo Leitão cita a Justiça: "Esse tem sido o entendimento de reiteradas decisões judiciais em desarmonia com a posição intransigente da Previdência".

Pela proposta, o aposentado deveria ter o direito reconhecido sem precisar recorrer ao Judiciário — com decisões favoráveis à categoria. Para Benedito Marcilio, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), o veto é lamentável: "O projeto daria ao aposentado oportunidade de melhorar o benefício".

Outro projeto que beneficia os segurados é o de nº 421, que determina a isenção gradativa do Imposto de Renda para aposentados e pensionistas de 66 a 70 anos. A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e já teve parecer favorável da relatoria.

As informações acima publicadas, no dia 15 de janeiro de 2008, estão sob o crédito de Luciene Braga, do Jornal O Dia.

Pais de servidores já podem ser incluídos no Plano de Saúde

Segundo informações divulgadas no sítio do servidor Público, do Ministério do Planejamento, em 07/1/2008, pais, padrastos e madrastas dos servidores federais que tem plano de saúde já podem ser incluídos novamente como dependentes, desde que o servidor pague integralmente o valor cobrado mensalmente pela operadora. Para o servidor e os dependentes diretos como esposa e filhos, o governo continuará pagando a contrapartida que era de R\$42,00 (dezembro/2007) para os servidores técnico-administrativos das Universidades Federais e tendo sido reajustado para R\$ 50,00 a ser pago a partir de janeiro de 2008. O pagamento está vinculado ao acordo firmado entre a FASUBRA e o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento.

A nova medida está expressa na Portaria Normativa nº. 1 de 27 de dezembro de 2007, e altera pontos da Portaria 1.983/06 que regulamenta a saúde suplementar do servidor.

A portaria determina também que todo servidor público deverá se submeter a avaliação periódica anual, elaborada de acordo com a necessidade da função exercida. Os custos da avaliação serão de responsabilidade da operadora de saúde contratada pelo servidor. Para os servidores que não contam com o plano de saúde, o governo estuda formas para a realização da avaliação.

Ainda segundo definido na portaria, o plano deverá oferecer coberturas como: assistência médica ambulatorial e hospitalar e serviços de fisioterapia, psicologia e farmácia. Esses atendimentos realizados exclusivamente no Brasil devem compreender partos e tratamentos com padrão de enfermagem e dispõem de centro de terapia intensiva ou similar nas necessidades de internação do beneficiário. Além disso, o servidor passa a ter o direito de incluir serviços adicionais oferecidos pelas operadoras de saúde desde que pague por estes serviços.

Outra novidade é a isenção da obrigatoriedade da contratação do plano odontológico por parte dos órgãos, bem como o aumento de 30 para 60 dias do prazo de adesão aos planos de saúde para os servidores recém empossados, ativos vinculados aos planos de saúde e a vigência de no mínimo dois anos de duração do contrato dos órgãos com as operadoras, além da proibição da exigência de nova carência da nova operadora contratada pelos órgãos.

A assistência à saúde dos beneficiários será prestada por meio de convênio (por entidades sem fins lucrativos) ou contrato (através de licitação) com operadoras de plano de saúde, ou mediante serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade, nesse caso de posse de um regulamento próprio. Os valores da contribuição do plano de saúde suplementar do servidor poderão ser consignados em folha de pagamento, e o benefício será pago no contracheque do titular, no mês subsequente após a apresentação, até o quinto dia útil no RH do órgão de origem, dos boletos pagos dos planos de saúde pelo servidor. A UNIRIO se prepara para a modalidade de ressarcimento e tão logo a ASUNIRIO tenha maiores informações sobre os detalhamentos estará divulgando para seus associados.

Dias de feriado nacional e de ponto facultativo

Confira os feriados e pontos facultativos de acordo com a Portaria nº. 855, de 26 de dezembro de 2007, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Vale lembrar que o calendário serve para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

De acordo com o art. 2º da portaria, os feriados declarados em lei estadual ou municipal, de que trata a Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, serão observados pelas repartições da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional nas respectivas localidades. O Art. 3º acrescenta que os dias de guarda dos credos e religiões, não relacionados nesta Portaria, poderão ser compensados na forma do inciso II do art. 44 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, desde que previamente autorizado pelo responsável pela unidade administrativa de exercício do servidor.

A portaria finaliza lembrando que caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

- * **1º de janeiro**, Confraternização Universal (feriado nacional)
- * **4 de fevereiro**, Carnaval (ponto facultativo)
- * **5 de fevereiro**, Carnaval (ponto facultativo)
- * **6 de fevereiro**, quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo até às 14 horas)
- * **21 de março**, Paixão de Cristo (ponto facultativo)
- * **21 de abril**, Tiradentes (feriado nacional)
- * **1º de maio**, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional)
- * **22 de maio**, Corpus Christi (ponto facultativo)
- * **7 de setembro**, Independência do Brasil (feriado nacional)
- * **12 de outubro**, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional)
- * **27 de outubro**, Comemoração alusiva pelo dia do Servidor Público - art. 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (ponto facultativo)
- * **2 de novembro**, Finados (feriado nacional)
- * **15 de novembro**, Proclamação da República (feriado nacional)
- * **24 de dezembro**, véspera do Natal (ponto facultativo após as 14 horas)
- * **25 de dezembro**, Natal (feriado nacional)
- * **31 de dezembro**, véspera de Ano Novo (ponto facultativo após as 14 horas)

Alimentos contra o câncer

Com comentários de Moraes de Sá

Uma alimentação rica em alguns tipos de folhas, vegetais e frutas pode prevenir o câncer de colo uterino. A conclusão é de um estudo feito pela nutricionista Luciana Yuki Tomita com 1.378 mulheres atendidas em dois hospitais públicos da capital paulista.

As voluntárias responderam a questionários sobre tipos de alimentos, tamanho das porções e frequência de consumo no ano anterior ao do estudo. A pesquisa foi apresentada em tese de doutorado defendida no Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP).

O câncer de colo uterino é causado por uma lesão conhecida como neoplasia intra-epitelial cervical (NIC), que por sua vez é causada pela infecção pelo papilomavírus humano (HPV) do tipo cancerígeno. Por meio do exame de papanicolau é possível identificar a lesão e tratá-la antes que evolua para câncer.

Luciana comparou a alimentação de mulheres com NIC e sem nenhuma lesão. A neoplasia tem três estágios de evolução, da lesão mais precoce e mais fácil de ser curada, a NIC1, até a NIC3, última etapa pré-câncer antes de a lesão se transformar na doença.

O estudo verificou que mulheres que consumiram mais folhas verde-escuras (como agrião, espinafre e couve), vegetais como pimentão e brócolis, além de frutas de cor laranja ou amarela (entre as quais mamão, manga, laranja e acerola), tiveram menor risco de desenvolver o NIC3.

De 230 mulheres com NIC3 analisadas, 118 apresentaram baixo consumo (em média 16 gramas por dia) de folhas, vegetais e frutas. Enquanto isso o grupo controle, formado por 453 participantes sem nenhuma lesão, consumiu, em média, 28 gramas por dia. O restante das entrevistadas tinha NIC1 ou NIC2 e também apresentou consumo abaixo da média. "O estudo, que teve como base dados probabilísticos coletados nas entrevistas, destaca que as mulheres que ingeriram esses alimentos tiveram um risco aproximadamente 50% menor de ter NIC3 no colo uterino, quando comparado com as que não o fizeram", disse Luciana à Agência FAPESP.

Causas prováveis

Em busca das causas da menor probabilidade de contrair a doença, a pesquisadora fez uma série de análises estatísticas das porções diárias consumidas pelas entrevistadas com dados de literatura sobre os antioxidantes presentes nos alimentos. "Nossa hipótese é que os carotenóides, antioxidantes que contribuem para a diminuição da proporção de radicais livres no organismo, seriam potenciais responsáveis por esse efeito benéfico dos alimentos. Os radicais livres induzem a má formação de células, entre as quais imunológicas, diminuindo a imunidade da mulher e causando lesões", disse.

O estudo também contou com amostras de sangue de 70% das entrevistadas, com e sem lesão, e observou nas mulheres sadias níveis maiores de licopeno, outro antioxidante encontrado em produtos como o tomate, a melancia e a goiaba. "A concentração de licopeno no sangue das mulheres que não tinham nenhuma lesão foi de 1,10 micromol por litro. Já as com NIC3 tinham 0,74 micromol por litro do antioxidante. Isso sugere que o maior consumo de alimentos que tenham licopeno também pode evitar o desenvolvimento do câncer de colo uterino", disse.

Luciana alerta que o câncer de colo uterino é a segunda maior causa de morte entre as mulheres pela doença em todo o mundo, perdendo apenas para o câncer de mama, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). "Estima-se que sejam identificados cerca de 470 mil novos casos de câncer de colo uterino por ano no mundo, sendo registrados mais de 200 mil óbitos anuais pela doença", apontou.

O projeto de pesquisa de Luciana, que teve bolsa da FAPESP, foi premiado no 3º Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública da USP, realizado em dezembro de 2007 com o objetivo de divulgar pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado desenvolvidas por alunos da faculdade.

O trabalho, intitulado Consumo alimentar e concentrações séricas de micronutrientes: associação com lesões neoplásicas cervicais e orientado pela professora Marly Augusto Cardoso, do Departamento de Nutrição da FSP, ficou em primeiro lugar na categoria Doutorado.

Confira os comentários de Moraes de Sá

Diante da matéria publicada e da relevância para a sociedade, a ASUNIRIO buscou maiores informações através de um dos mais conceituado especialista do país, no que se refere ao tema câncer, que é o Dr. Carlos Alberto Moraes de Sá, Professor Titular de Clínica Médica e Oncologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, para tecer alguns comentários. Veja o que diz Moraes de Sá:

"A propósito da matéria 'Alimentos contra o Câncer' baseada em informe da Agência FAPESP transcrita por Thiago Romero em 08/01/2008, da tese de doutorado da nutricionista Luciana Yuki Tomita, orientada pela professora Marly Cardoso do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), gostaria de oferecer alguns dados e referências da literatura médica para consideração dos leitores:

Embora a variação nas dietas possa ser responsável por 1/3 da variação da incidência de câncer no mundo, os estudos epidemiológicos não são bons instrumentos para identificar relações entre *constituintes* de alimentos ingeridos e risco específico de câncer (Mathes e Burn, 1999).

A incidência de câncer de colo de útero e seus riscos estão ligados à sexualidade feminina, história de diversas doenças sexualmente transmissíveis (HPV, HSV), múltiplos parceiros sexuais, classe socioeconômica e cultural baixa, idade acima de 50 anos, uso de anticoncepcional oral, hábito de fumar e multipareada (Posadas e Kotz, 2005).

As displasias de colo de útero (CIN I, II ou III) regridem espontaneamente com maior frequência do que possam eventualmente progredir para câncer invasivo, que na maioria das vezes, pode levar período de até 20 anos (Abraham, Allegra e Gulley, 2005).

A Agência de Controle de Drogas e Alimentos nos Estados Unidos (FDA), recentemente revendo diversos estudos sobre a associação de ingestão de tomate e/ou licopeno e outros produtos vegetais na redução do risco de diversos tipos de câncer, incluindo câncer de colo de útero, afirma não encontrar nenhuma evidência confiável para estas associações entre comer vegetais com licopeno e redução de risco de câncer (Kavanaugh, Trumbo e Ellwood, FDA, 2007).

Dívida Pública: mais sacrifício para os servidores

No Informe de Direção (ID2008 jan-01), a FASUBRA divulgou que em 2007, mais uma vez o governo priorizou os gastos com juros e amortizações da dívida, em detrimento dos gastos sociais e com os servidores públicos. De janeiro até 2 de dezembro, enquanto gastou R\$ 222 bilhões com juros e amortizações das dívidas interna e externa, o governo federal gastou apenas R\$ 112 bilhões com os servidores públicos. Ou seja: todos os gastos com pessoal representaram apenas a metade do que é destinado aos credores financeiros do Estado brasileiro.

Além disso, com o fim da CPMF, o governo assegurou, em diversas entrevistas públicas, que será mantida a meta do superávit primário e, em contrapartida, rompeu o acordo de reajuste salarial já negociado com diversas categorias de servidores. Dessa forma, o governo evidenciou a prioridade da destinação orçamentária: o grande capital financeiro, que não perderá um centavo em 2008, mesmo com o fim da CPMF. Para 2008, estão previstos R\$ 248 bilhões para o pagamento dos juros e amortizações da dívida federal, enquanto apenas serão destinados R\$ 48 bilhões para a saúde, R\$ 26 bilhões para a educação e R\$ 5 bilhões para Reforma Agrária. Os R\$ 248 bilhões previstos para a dívida em 2008 representam mais de 6 vezes a arrecadação prevista da CPMF. Porém, o governo prefere cortar os gastos com servidores a cortar os gastos com a dívida.

Ao mesmo tempo em que controla a conta-gotas os gastos com os servidores, não há controle sobre os custos da atual política monetária e cambial exercida pelo Banco Central, que anualmente vem acumulando prejuízos crescentes, enquanto o setor financeiro privado contabiliza, no Brasil, os maiores lucros da história mundial. Apenas de janeiro a outubro de 2007, o prejuízo do Banco Central, decorrente dessa política econômica que privilegia os investidores privados, foi de R\$ 58,5 bilhões, ou seja, o dobro da arrecadação da CPMF no mesmo período. E quem cobre este prejuízo? O Tesouro Nacional, o mesmo que paga os salários dos servidores públicos.

Apresentamos nossa solidariedade às categorias de servidores que se encontram mobilizadas para defender seus justos salários e convidamos todas as entidades representativas dos servidores públicos a se juntarem à Campanha Auditoria Cidadã da Dívida, inserida na Rede Jubileu Sul Brasil, fortalecendo a luta pela disputa de recursos orçamentários em favor dos interesses do Estado brasileiro, seus servidores e da sociedade. Do outro lado estão os interesses predatórios de rentistas e especuladores.